

Narrativas em disputa: A cidade sexuada e a “recuperação” do Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil

Eduardo Rocha Lima, Alexandre Pajeú Moura, Gabriela Pinto de Moura

Eduardo ROCHA LIMA é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor Adjunto FAUFBA; dudarl@hotmail.com

Alexandre PAJEÚ MOURA é Arquiteto e Urbanista; Mestrando PPGAU-UFBA; alexpajeu@gmail.com

Gabriela PINTO DE MOURA é Arquiteta e Urbanista; Mestranda PPGAU-UFBA; gabrielapdm15@gmail.com

Resumo

Neste artigo, o processo de transformação socioespacial do Centro Histórico de Salvador, durante o século XX e início do século XXI, é analisado pela presença nesse espaço de corpos marcados em sociedade pelas suas expressões de gênero e de sexualidade. Tais presenças fazem emergir um conjunto de ações e políticas públicas urbanas, via polícia e instituição patrimonial, que buscam inicialmente delimitar o território de suas existências e, em seguida, extingui-las totalmente da região. Neste processo, os corpos sexualmente dissidentes em Salvador encontram, na articulação comunitária e na política construída no cotidiano urbano, modos de resistências que os inserem, à revelia de toda ação estatal, como sujeitos ativos na produção e na transformação social deste espaço. Com o objetivo de discutir essa complexa disputa historicamente materializada no Centro Histórico de Salvador, trazemos narrativas outras vivenciadas por esses corpos, que retratam as constantes transformações de seus territórios no espaço urbano, em contraponto aos discursos oficiais do Estado.

Palavras-chave: narrativas, corpos, sexualidades, Salvador.

Abstract

In this article, the process of socio-spatial transformation in the Historic Center of Salvador, during the 20th century and early 21st century, is analyzed through the presence of bodies marked in society by their expressions of gender and sexuality in this space. Such presences bring out a set of actions and urban public policies, by police and patrimonial institutions, that seek initially to delimit the territory of its existences and, then, to extinguish them totally from the region. In this process, sexually dissident bodies in Salvador find, in community articulation and politics built in urban daily life, modes of resistance that insert them, in the absence of any state action, as active subjects in the production and social transformation of this space. In order to discuss this complex dispute as one historically materialized in the Historical Center of Salvador, we bring other narratives experienced by these bodies that portray the constant transformations of their territories in urban space in counterpoint to the official discourses of the State.

Keywords: narratives. bodies. sexualities. Salvador.

Resumen

En este artículo, el proceso de transformación socio espacial del Centro Histórico de Salvador, durante el siglo XX e inicio del siglo XXI, es analizado por la presencia en ese espacio de cuerpos marcados en sociedad por sus expresiones de género y de sexualidad. Tales presencias hacen aflorar un conjunto de acciones y políticas públicas urbanas, a través de la policía e institución patrimonial, que buscan inicialmente delimitar el territorio de sus existencias y, en seguida, extinguir las totalmente de la región. En este proceso,

los cuerpos sexualmente disidentes en Salvador encuentran en la articulación comunitaria y en la política construida en el cotidiano urbano, modos de resistencias que los incluyen, a contra gusto de la acción estatal, como sujetos activos en la producción y en la transformación social de este espacio. Con el objetivo de discutir esa compleja disputa históricamente materializada en el Centro Histórico de Salvador, traemos otras narrativas vivenciadas por esos cuerpos que retratan las constantes transformaciones de sus territorios en el espacio urbano, en contrapunto con los discursos oficiales del Estado.

Palabras-clave: narrativas. cuerpos. sexualidades. Salvador.

Cidade Sexuada

As relações conflituosas oriundas da presença de corpos dissidentes sexuais na produção cotidiana do espaço urbano são o substrato do que chamamos de cidade sexuada (ROCHA, 2012). Partimos do princípio de que tanto as distintas corporalidades como as cidades são construções sociais e históricas e, portanto, buscamos com essa adjetivação do substantivo “cidade” construir uma relação – assim como uma ferramenta metodológica – com a qual nos seja possível captar e trabalhar com a política de corpos dissidentes no movimento de transformação do espaço urbano. Interessa-nos pensar sobre o direito de aparecer em público (BUTLER, 2018) como direito à cidade e a consequente espacialidade criada por corpos que se distanciam, por suas características físicas e expressões corporais, da normatividade heterossexual e binária em termos de gênero, no espaço urbano. Pensando pela “cidade sexuada”, o foco da reflexão se centra no aparecimento em público enquanto ato político e criador de territórios, em meio ao controle cultural do corpo normalizado e do espaço ordenado pelos discursos hegemônicos da moral e da segurança pública.

Os conflitos oriundos da presença de corpos no espaço citadino, que, a partir de suas relações sociais, reordenam as estruturas urbanas, atribuindo a essas, novos sentidos e significados ligados a vínculos afetivos construídos em torno do compartilhamento de expressões de gêneros e de sexualidades dissidentes, constantemente recriam a forma e reformulam os significados dos espaços na cidade. A investigação espacial desses conflitos torna visíveis as injustiças sociais do processo histórico de construção da cidade, não apenas pelo prisma da luta entre classes, mas também por diferenças que levam em conta as subjetividades dos corpos que por ela perambulam, estéticas de existências específicas, diversas sexualidades, e diferentes maneiras do gesticular em público, a partir da construção material dos seus corpos sexuados.

O agrupamento de indivíduos de sexualidades dissidentes e gêneros indefinidos em determinadas áreas do espaço urbano constitui uma marca neste espaço que interfere em todo o processo da constituição social do território. No entanto, as relações econômicas em torno desta “marca” são constantemente determinantes das integrações sociais que nestes espaços se concretizam (SOLLA, 2012). Dados numéricos e pesquisas de mercado sobre os hábitos de consumo do público homossexual – principalmente masculino e branco – têm feito surgir novos eventos, espetáculos e produtos nas cidades direcionados para esse público específico (dentre eles, espaços que variam desde um estabelecimento comercial isolado até bairros inteiros de uso habitacional e comercial), onde coadunam interesses de governantes e de investidores imobiliários. Tais interesses reforçam a identidade sexual desses grupos, seus espaços economicamente privilegiados e sua aceitação no plano social mais amplo; ao mesmo tempo em que ampliam a separação e a distância, relegando cada vez mais à marginalidade outros espaços e outros grupos também constituídos pelo compartilhamento de dissidências sexuais, atualizando estigmas sociais e o controle institucional sobre corpos e espaços.

Em pesquisa sobre a prostituição masculina no Centro de São Paulo, o antropólogo argentino Nestor Perlongher (1987) denomina de “modelização gay” o encaixe do homossexual na figura do “consumidor ideal”, e alerta sobre a tendência relativa à comercialização dos trajetos homossexuais no processo crescente de mercantilização dos espaços pelo lazer na cidade capitalista. Em contraponto a esse “modelo”, o antropólogo alerta – referindo-se à presença das travestis no Centro de São Paulo – sobre o problema político da acentuação da marginalidade a que estão relegados os corpos gays e transgêneros que não se enquadram nas fôrmulas da identidade do homossexual “modelizado”:

Operativo de modernização que, após um certo estágio de festividade difusa, rapidamente recuperado pelo consumismo das modas e a indústria do lazer, parece proceder a uma redistribuição dos enlaces homoeróticos, reagrupando seus cultores nas novas casinhas da identidade e, o que é mais grave, condenando os praticantes das velhas modalidades, as ‘homossexualidades populares’, a uma crescente marginalização que pode conduzir a um recrudescimento da intolerância popular a respeito da nova homossexualidade ‘branqueada’, beneficiária da tolerância burguesa (PERLONGHER, 1987; p. 199).

O poder de consumo e a consolidação do nicho de mercado ditam as conquistas socioespaciais do “modelo gay”, intensificando os conflitos e embates que envolvem os sujeitos que não se encaixam nos moldes da mercantilização e padronização dos corpos homossexuais, moldes geralmente forjados a partir da estética comportamental heterossexual. A masculinização dos corpos dos homens gays reflete e alimenta o desejo radical de separar sua imagem daquilo que ele não quer ser, o homossexual afeminado. Dentro desse processo de construção social do corpo, expressivamente configurador de existências na sociedade contemporânea, as dissidências sexuais se diferenciam entre si e constroem as relações sociais e econômicas que estruturam seus específicos espaços citadinos.

Portanto, para além das sexualidades diversas, os gêneros dos corpos - entendidos como performativos e encarnados em homens afeminados, mulheres masculinizadas, homens transexuais, mulheres transexuais - explanam, nos contextos urbanos, formas de existências precarizadas em termos de integração espacial e de legibilidade social, como afirma Judith Butler:

Embora o gênero não possa funcionar como paradigma para todas as formas de existência que lutam contra a construção normativa do humano, ele pode nos oferecer um ponto de partida para pensar sobre poder, atuação e resistência. Se aceitarmos que existem normas sexuais e de gênero que condicionam quem vai ser reconhecível e ‘legível’ e quem não vai, podemos começar a ver como os ‘ilegíveis’ podem se constituir como um grupo, desenvolvendo formas de se tornar legíveis uns para os outros, como eles são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero e como essa exposição comum pode se tornar a base para a resistência (BUTLER, 2018; p. 45).

A associação de indivíduos em locais específicos do espaço urbano por vínculos relacionados à ação e à expressão de seus corpos sexuados, muitas vezes estigmatizados pela sociedade do entorno e por outros grupos dissidentes, confere não apenas estímulo, mas também suporte moral, existencial e político para a livre expressão em público de suas corporalidades fora da norma. No entanto, os termos dessas existências sexualmente desviantes são constantemente desconsiderados em processos de reformas urbanas, que ignoram a historicidade da presença de tais corpos nesses lugares, suas atuações e suas lutas de resistências, deteriorando profundamente as redes relacionais e econômicas aí estruturadas; ou, quando em movimento contrário, tais corpos sexuados são reconhecidos e têm suas territorialidades contempla-

das por políticas de estado que as delimitam, marcam seus perímetros no espaço, instituem mecanismos de controle, perscrutação e vigília dos corpos ali presentes, com frequência criminalizando tais presenças em processos explícitos de violações dos direitos humanos e de investimentos para o enobrecimento do espaço. Cartografar a cidade ocupada, vivida, contextualizada pelos corpos marcados pelo gênero e pela sexualidade que expõem é o caminho crítico que traçamos neste texto em relação ao pensamento e à ação urbanística que remodelam e controlam o Centro Histórico de Salvador, desde o início do século XX aos dias de hoje. Ideários de urbanismos e de políticas públicas que transformam áreas urbanas fartas de histórias e significados sociais em cenários para a livre fruição de interesses privados e do “corpo útil”, como nos diz Foucault (2006), aquele corpo disciplinado, docilizado e servil à norma e ao consumo, em detrimento de muitas outras formas de vidas comunitárias que se articulam nessas áreas. Vidas essas obrigadas, então, a resistir, produzindo uma cidade outra – uma cidade sexuada – possível pelo movimento e expressão do corpo, pela prática espacial coletiva e pela força astuciosa e solidária dos sujeitos que a produzem cotidianamente.

Nesse sentido, a investigação do espaço vivido pelos “praticantes ordinários” (CERTEAU, 1994) da cidade é o fundamento metodológico desta reflexão espacial. Nas cidades narradas por esse pensamento necessariamente transdisciplinar, a produção do espaço é diretamente imbricada com os processos sociais pelos quais o espaço é permeado, fragmentado, poluído, animado, erotizado e materializado. Investigando as práticas do cotidiano urbano, os usos e apropriações ordinárias dos espaços públicos e privados são observados, discutidos, problematizados e, quando necessário, mapeados. Assim, a cidade em movimento, que se constrói por entre a fixidez da cidade planejada, ganha o status de um espaço etnografado, espaço entendido e exposto pelos pesquisadores urbanos que assumem uma “postura antropológica” (BIASE, 2012) e se conectam às relações sociais dos muitos outros, as quais se estabelecem e engendram no ambiente urbano a política da rua tramada pelo choque entre os corpos que, no presente de suas ações, delimitam os contornos conflituosos da forma espacial, no percurso histórico da cidade.

O controle do espaço e dos corpos dissidentes sexuais: Um resgate histórico

A virada do século XIX para o XX marca um contexto de reformas urbanas nas cidades brasileiras, pautadas nas políticas higienistas europeias de início do século XIX, cujas intervenções de Haussmann em Paris (1852-1870) foram paradigmáticas para o Brasil e o mundo. Esse novo modo de intervir na cidade enxerga no ordenamento do espaço um meio de exercício do poder estatal via controle social dos corpos que o ocupam, almejando a garantia da ordem pública através de medidas de caráter político, econômico, sanitário e urbanístico (CHALHOUB, 1996).

Nesse sentido, os corpos dissidentes sexuais aparecem como um dos grupos alvos desse exercício de controle social pelo Estado. Não à toa, nas reformas urbanas de Paris, sobressaem-se os estudos do médico higienista Parent-DuChâtelet, que cria diretrizes de regulamentação da prostituição na cidade, de modo a preservá-la de uma possível contaminação, do ponto de vista moral-sanitário, causada pela "sujeira" daquela prática, entendida como um "mal necessário". Dentre as diretrizes de Parent-DuChâtelet, havia a delimitação espacial, operada pela determinação de uma área bem definida da cidade para a localização dos corpos que exercem a prostituição, o que implicou muitas vezes na sua desterritorialização, e na obstrução de sua livre circulação e apropriação do espaço urbano. Junto a isso, operava-se uma minuciosa análise médica dos corpos, realizadas em visitas periódicas destes profissionais aos prostíbulos para consultas compulsórias, objetivando a prevenção e o controle de doenças venéreas (PARENT-DUCHÂTELET, 1981).

No caso de Salvador, alterações sanitárias expressivas de seu espaço físico no contexto das reformas urbanas ocorreram durante o governo de J.J. Seabra (1912-1916; 1921-1924), com demolições de edifícios coloniais e alargamento de ruas da região central da capital baiana. Contudo, foi no período entre as décadas de 1930 e 1960 que predominaram as operações policiais para a concentração da prostituição em espaços oficialmente delimitados, já que a prática prostitucional ocupava historicamente a região central (SANTANA, 1996). Dentre as diversas ações pontuais e descontínuas, houveram três operações policiais em especial que foram amplamente noticiadas nos jornais diários da época: a da rua do Tijolo (1932), da zona das Laranjeiras (1935) e da Cidade Baixa (1959).



A operação de localização da zona de prostituição na rua do Tijolo, no Centro Histórico de Salvador, significou a manutenção desses corpos dissidentes sexuais na região central da cidade, mesmo que em áreas que preservaram suas características coloniais e se mantiveram apartadas do processo de modernização de Salvador (SANTOS, 2008), ou seja, áreas que não necessariamente eram frequentadas pelas “famílias” burguesas, ocultando tais corpos ao mesmo tempo em que os mantinha geograficamente próximos. Contudo, em 1935, houve a necessidade de deslocar a zona de prostituição da rua do Tijolo para a zona das Laranjeiras, justamente porque a primeira passou a servir de passagem para os trilhos do bonde elétrico, integrando-se no circuito moderno da cidade (SANTANA, 1996).

A zona das Laranjeiras se configurava como uma região de ambiência mais escondida e discreta dentro do Centro Histórico de Salvador, ao lado do Convento de São Francisco, compreendida por trechos da rua das Laranjeiras, da Ordem Terceira de S. Francisco, da ladeira de São Miguel e de Santa Izabel (DA RUA..., 1935, p. 12). Apesar de serem vias secundárias do bairro, estavam próximas de duas ruas principais, Maciel de Baixo e Maciel de Cima, de ligação entre a região do Terreiro de Jesus/Cruzeiro de São Francisco e o Largo do Pelourinho, que ganharam visibilidade nos jornais como locais marcados por conflitos entre “famílias”/polícia e prostitutas que insistentemente contestavam e se apropriavam de espaços exteriores à zona oficial (MERETRÍCIO..., 1936, p. 2).

Já em 1959, nova operação policial de delimitação do espaço da prostituição pretendia transferir as prostitutas da Cidade Alta, no Centro Histórico, para a Cidade Baixa, próximo ao porto. Nessa operação, já se discutia a necessidade de liberar a área da presença dos corpos dissidentes sexuais com vistas à sua valorização como patrimônio histórico e atração turística. Não à toa, 1959 foi o ano em que o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) estendeu a proteção via tombamento para conjuntos arquitetônicos de modo mais amplo em Salvador, iniciando com o processo de construção de uma ideia de Centro Histórico (SANT’ANNA, 2017). Assim, percebe-se uma revalorização da área do Centro Histórico formada pelo conjunto colonial, pois, se durante as reformas urbanas no início do século XX ela era apartada das intervenções modernizadoras e não possuía valor dentro dos novos usos da cidade, no final do século XX, ela se destacou pelo potencial uso turístico e cultural, tornando-se insustentável para a socieda-

de dominante, e para as novas funções econômicas criadas para área, a presença da prostituição no local (MARIPOSAS..., 1960). Mesmo assim, a operação não foi suficiente para desestruturar os locais de prostituição no Centro Histórico, de modo que, na virada para a segunda metade do século XX, o local ainda apresentava diversos espaços de prostituição espalhados organicamente pelo território, sem controle efetivo do Estado.

Em 1967, houve a criação do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC)¹, que empreendeu as primeiras mobilizações para o desenvolvimento de um projeto de recuperação do conjunto do Pelourinho, entendendo-o como de alto valor histórico, artístico e cultural, assim como atrativo turístico. A atuação do Estado no Centro Histórico a partir do órgão de patrimônio se configurou como mais um meio de controle de corpos e espaços associados à prática da prostituição, à medida que o IPAC determinou a gradual transformação de parte do conjunto do Pelourinho em zona de prostituição concentrada de Salvador como o “problema central” e “talvez o de mais difícil solução em todo o plano de aproveitamento da área” (FPA-CBa, 1969, p. 16).

Nesse contexto, a região localizada entre o Terreiro de Jesus/Convento de São Francisco e o Largo do Pelourinho, popularmente conhecida como Maciel e historicamente ocupada por corpos que exercem a prostituição, foi oficialmente circunscrita pelo IPAC como o centro ativo de prostituição dentro do conjunto do Pelourinho, composto por oito ruas (figura 1): Gregório de Matos (Maciel de Baixo), João de Deus (Maciel de Cima), J. Castro Rebello, Inácio Acciolly (Beco do Mijo/ Ordem 3ª de S. Francisco), Santa Isabel, Francisco Muniz Barreto (Rua das Laranjeiras), Frei Vicente (Rua do Açouguinho) e Leovigildo de Carvalho (Beco do Mota). O reconhecimento oficial do Maciel enquanto zona de prostituição aliado a estudos que o apontavam como a área mais degradada e precária de todo o conjunto, bem como a que concentra os sobrados coloniais mais antigos e significativos do centro de Salvador, direcionaram a escolha desse setor de tombamento como território prioritário de intervenção pelo IPAC (ESPINHEIRA, 1971).

Para a formulação de diretrizes de um Plano Geral de Recuperação do Pelourinho na década de 1970, e em especial para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Maciel em 1972, a postura adotada pelo IPAC foi de promover a intervenção no patrimônio histórico considerando também sua contribuição para

¹ O IPAC é um órgão de esfera estadual criado em 1967, sob o nome de Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPACBa), com a finalidade de conservar e restaurar os imóveis de interesse artístico e histórico para o uso efetivo e pleno da comunidade (FPA-CBa, 1979).

o enfrentamento ao “problema” da prostituição (FPA-CBa, 1979). Segundo Gey Espinheira (1971; 1984), o Maciel funcionava como um local de atração espontânea para a prática prostitucional por apresentar uma “ecologia da prostituição”, ou seja, condições ecológicas propícias para o desenvolvimento de normas de condutas divergentes que favoreciam a presença da prostituição, principalmente por três motivos: o cortiço enquanto tipologia habitacional dos casarios coloniais do século XX era propício como local de morada e exercício da prostituição; a mudança do quadro socioeconômico no Centro Histórico ao longo do século XX implicou no aumento de moradores de classe baixa e sem status social suficiente para pressionar de modo eficaz a prostituição para fora do bairro; e a ação repressiva da polícia para a localização da prostituição na década de 1930 acentuou o caráter divergente do bairro.

Desse modo, o IPAC propôs um plano baseado em um entendimento de restauração que aliava a recuperação física dos imóveis com a promoção social das populações locais, através da criação de centros de artesanato destinados a empregar mão-de-obra local, como uma nova economia voltada para a atividade cultural e turística, além da implantação de diversos equipamentos públicos de assistência médica e educacional nos imóveis recuperados (FPACBa, 1972). Para o IPAC, além de uma tentativa de garantir melhor qualidade de vida para os moradores, essa proposta representava um enfrentamento ao “problema” da prostituição por meio de mudanças nas condições sociais e econômicas da área que desestruturariam sua organização e promoveriam seu deslocamento para outras áreas da cidade, ou até mesmo “recupera-ria” os corpos dissidentes, oferecendo a esses, oportunidades de trabalho e educação (PLANO..., 1971, p. 3). Com a prostituição no Maciel encarada como “problema”, o Estado se faz presente na “normalização” do corpo da prostituta, com a pretensão de transferir a sua força de trabalho para outros campos de atuação, e com a reestruturação funcional e patrimonial do espaço.

De fato, os censos demonstram um decréscimo significativo do número de prostitutas no Maciel desde a fundação do órgão, o que levou à quase total extinção da zona no período de uma década: em 1971, eram 444; em 1983, reduziu-se para 41 prostitutas (ESPINHEIRA, 1971; FPACBa, 1985). Logo, constata-se que a presença do IPAC implicou na desestruturação da zona de prostituição do Maciel. Contudo, a intervenção do IPAC não melhorou as condições de vida

da população, pelo contrário, acentuou-se ainda mais o nível de carência. E o quadro de arruinamento dos prédios acelerou no mesmo período em que a prostituição enfraquecia, o que contradiz as afirmações da prostituição como o principal problema para a degradação da área e faz emergir a especulação imobiliária como a principal responsável para o arruinamento progressivo do conjunto (BACELAR, 1982).

Segundo Sant'anna (2017), junto ao esforço de unir a recuperação física com a social no projeto de recuperação do conjunto do Pelourinho, havia uma outra vertente que priorizava a perspectiva do desenvolvimento do turismo e de outras atividades terciárias no Centro Histórico como saída para o seu quadro de esvaziamento e desvalorização, e que ganhou mais projeção principalmente na virada da década de 1980 para 1990.

Disputas de narrativas no processo de "recuperação" do Centro Histórico de Salvador

O projeto de recuperação do Centro Histórico de Salvador ganhou importância política na gestão de Antônio Carlos Magalhães (ACM) como governador do Estado da Bahia (1991-1994). ACM enxergava a potencialidade desse lugar da cidade como centro de lazer, cultura e turismo, inserindo-se em um contexto internacional de "revitalizações" urbanas do final do século XX diretamente ligado à institucionalização e valorização do patrimônio histórico arquitetônico, à especulação do solo urbano e à criação de "imagens marcas" (ARANTES, 2000) das cidades. Neste contexto, Salvador se construiu como uma *city marketing turística*, e o Pelourinho como endereço de alto valor simbólico na representação da cultura baiana. Esse empreendimento de conceber "vocações turísticas" para o Centro Histórico ganhou ainda mais respaldo em 1985, diante de seu tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Desse modo, a implantação do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador se inicia em 1992, "[...] definida como um poderoso instrumento econômico, devendo, portanto, ser realizada a partir de uma perspectiva empresarial" (SANT'ANNA, 2017, p. 91). Com a proposta de transformar o Centro Histórico em um *shopping center* ao ar livre, o Programa se estruturou em dez etapas, e até a sexta manteve sua estratégia de recuperar os casarões coloniais para usos comerciais majoritariamente voltados ao consu-

mo das classes médias e altas, com restrições ao uso habitacional. Neste processo, consolida-se a expulsão de milhares de moradores, a partir de justificativa oficial que persiste em afirmar o estigma social vinculado à prática da prostituição como “problema”:

Desde a década de 1930, quando a atividade prostitucional se instalou no Maciel-Pelourinho, este bairro passou a abrigar uma população constituída de segmentos considerados “problema” na escala de valores sociais dominantes. Isto fez com que surgissem uma série de estereótipos que classificavam a área como “local de perigo” e “submundo”, imputando diretamente aos habitantes da área, em decorrência, o estigma de “marginais”. Este processo de estigmatização da população residente contribuía para o seu empobrecimento crescente e o isolamento do bairro do todo da cidade. No início dos trabalhos [de elaboração das diretrizes gerais para implementação do Programa de Recuperação], em 1991, a prostituição virtualmente inexistia, mas o estigma persistia. Para desocupação dos imóveis e realização das obras não havia como escamotear o problema (IPAC, 1995, p. 20).

Para além da nítida construção do discurso do estigma sobre a prostituição pelo Estado, ressaltamos no trecho citado a prevalência da associação direta da atividade prostitucional com o território do Maciel, constantemente notificado e estabelecido, pelo órgão do patrimônio, como o lugar da área tombada que concentra a presença da prostituição. Composta por um casario colonial em franca deterioração, remanescente do primeiro século da formação da cidade, o conjunto arquitetônico do Maciel, por suas características físicas e paisagísticas, se transforma no foco dos interesses públicos e privados no processo de transformação do espaço para o fluxo turístico. Dentro deste processo de reorganização do espaço, os quarteirões que compõem a zona do Maciel foram os primeiros a serem reformados ao longo das implementações das etapas do programa de recuperação da década de 1990 (IPAC, 1995).

Os holofotes sobre o Maciel, como o “problema” social a ser sanado pela política patrimonial, deixa de fora dos registros oficiais uma outra área do Pelourinho também ocupada por corpos que se mantinham no Centro Histórico pela prática da prostituição (figura 01). A partir de meados da década de 1970, casarões coloniais subdivididos em pequenos cômodos, localizados na Rua São Francisco e na Rua do Tijolo passam a ser ocupados como residências e hospedarias de travestis, que nesses ambientes moravam e se colocavam em calçadas e praças públicas da redondeza no exercício da prostituição. Ilegíveis pelo Programa de melhoramentos da área desenvolvido pelo IPAC, as travestis

Keila permanece moradora do Centro Histórico e exercendo a prostituição em calçadas da região. Conhecida por sua experiência de vida na área ocupada majoritariamente pelas travestis, Keila traz em suas memórias uma atuação policial bastante violenta e pouco exitosa, na tentativa de controle de suas atuações nas calçadas do Centro Histórico:

[...]como travestis era algo do ponto de vista deles [a polícia] abjeto, então poderia ser presa por essa condição. Então a gente ficava presa nesse sentido, mas era um enxuga gelo, porque mantinha presa, três dias depois soltavam e elas estavam na rua novamente. Em alguns casos as travestis usavam gilete para se cortar, entendia-se que naquele período, ao se cortar, uma travesti ao se cortar, ela estava evitando ir presa.[...]Aquela coisa de você minar psicologicamente uma pessoa, de violentar a pessoa só pelo simples prazer de violentar, porque não tinha nenhum efeito prático, não tinha uma legislação, não tinha uma orientação, não tinha uma ordem, porque se houvesse uma ordem de algum superior, todos os plantões fariam isso, mas não tinha essa ordem, só alguns plantões faziam, era sempre alguns desse policiais mais transfóbicos, LGBTfóbicos, enfim (SIMPSON, 2019).

Neste contexto repressivo, táticas astuciosas de desvio do controle de suas presenças e atuações, via prostituição, no espaço público eram arquitetadas de maneira coletiva por elas, criando redes de solidariedade tecidas pela ajuda mútua, extremamente necessária para manutenção da vida em um espaço visado por interesses econômicos:

“Era nós por nós, era a gente sozinhas no mundo e todo um aparato do Estado que vinha violentar a gente só porque estávamos trabalhando para sobreviver[...] A gente tinha essa via de escape da Rua da Ajuda, a gente tinha essa casa aí da frente [casa na Rua do Tijolo], essa era uma casa de travestis, moravam muitas travestis nessa casa e a gente corria e se escondia nessa casa pra fugir da polícia, porque quando a gente corria e subia a polícia não entrava. E a gente tinha uma arma nessa casa: como a ligação de energia era clandestina, tinha uma gambiarra em que ligava toda a energia da casa,[...]a primeira travesti que chegava correndo da polícia desligava aquela gambiarra, então o prédio ficava completamente às escuras[...] todo mundo no seu quarto e a polícia quando chegava aqui no escuro, não sabia o que fazer. Então quando eles começaram a vir com lanternas, quando a gente subia e se escondia eles chegavam com lanternas e acabava pegando a gente dentro do prédio e levava a gente presa, por alguma razão era assim, ou pegava a gente do prédio e colocava a gente dentro da viatura e ficava a noite toda fazendo plantão com a gente na viatura (SIMPSON, 2019).

As vivências apontadas por Keila também descrevem a participação das travestis na produção de um ha-

bitar comunitário no Centro Histórico, com senso de comunidade construído a partir das relações partilhadas entre aquelas e os demais moradores da área. Esse ponto de vista em específico diverge da leitura do sociólogo Gey Espinheira sobre o Maciel, que parece entender a presença da prostituição como um fator potencializador para a formação de uma comunidade disfuncional, onde: “A predominância dos fatores de desagregação social resultantes do enfraquecimento dos laços de coesão, em virtude da não identificação entre grupos [prostitucionais e demais grupos ocupacionais], conduziu ao processo de individualização [...]” (ESPINHEIRA, 1971, p. 10). Sobre o universo das travestis, Keila nos conta:

As travestis criaram uma comunidade, comunidade com vizinhos, os vizinhos mesmo sabendo o que naquela casa funcionava, os fluxos, nenhum vizinho se incomodava, pelo contrário, enquanto a travesti estava na porta conversando, ela estava trocando papo com os vizinhos, porque eles estavam nas portas, nas janelas e passando, elas conversavam[...] a mulher que vendia roupas para as travestis, estava com os filhos dela na escola, pagando aluguel na casa dela, pagando as contas da luz da casa dela. [...] A comunidade como um todo era inserida, não era uma comunidade a parte, não era as travesti estão lá e a gente aqui, todo mundo se interagia. Quando tinha festa no Pelourinho, aqui no Gavetão morava uma senhora que se chamava Laide, ela tinha uma festa,[...]ela fazia festas de vez em quando, ela queria agradecer as pessoas, os clientes dela, a própria comunidade, porque a comunidade do Pelourinho a conhecia, né?! Ela era uma pessoa muito conhecida. Ela fazia uma festa no dia 27 de setembro, a festa dela de setembro era claro para homenagear Cosme e Damião, ela fazia essa festa e olha o que ela fazia, ela descia e convidava as travestis pra ir na festa dela (SIMPSON, 2019).

Se por um lado o Programa de Recuperação do Centro Histórico apresentava-se como solução de uma problemática de ordem social, por outro, ficava cada vez mais evidente os interesses imobiliários assimilados a cada etapa do Programa. As transformações ocorridas na área modificaram a dinâmica social preexistente, afetando diretamente as territorialidades definidas pelos moradores, conforme apontado por Keila:

[o Programa de Recuperação] Foi bem violento, não foi de uma vez para a outra, eles começaram fazendo por etapa, eles vinham por uma rua, eles tinham a ideia de dar uma indenização, você tinha uma casa, eles davam um percentual para você pagar minimamente uns três meses de aluguel, você perdia uma casa que você não pagava nada e a princípio aquele dinheiro parecia muito, né?! [...]Era isso que o Governo queria, dar dinheiro pro povo sair daqui, porque eu preciso higienizar esse espaço e vocês enfeiam essa parte da cidade, eu quero mostrar essa cidade para turista que vem de fora (SIMPSON, 2019).

Diante do controverso processo de implantação do Programa de Recuperação, destacamos a paralisação de suas obras em 2005, no âmbito da execução da sétima etapa, devido ao embate travado por cerca de 100 famílias moradoras, que criaram a Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) para que pudessem resistir coletivamente ao processo de expulsão e reivindicar sua permanência na área central de Salvador, denunciando a violação do direito à moradia pelo Estado. Em resposta à essa ação coletiva, houve uma reorientação das medidas do Estado dentro do Programa de Recuperação, que passou a considerar a recuperação dos casarões para habitação social voltada aos antigos moradores, comprometendo-se, por meio da assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), em garantir o remanejamento das famílias representadas pela AMACH dentro do próprio Centro Histórico, um processo ainda inconcluso.

De todo modo, esse marco no Programa de Recuperação representa os efeitos possíveis de quando as resistências ao interesse abusivo do Estado, como as táticas narradas por Keila no Centro Histórico, ganham dimensões institucionais, para o que ela reconhece a importância e contribui para o avanço, dentro das pautas endereçadas à comunidade LGBTQI+, a partir de seu trabalho no Casarão da Diversidade. A partir da narrativa desses sujeitos, fica evidente que a cidade sexuada se materializa a partir das práticas ordinárias e lutas cotidianas dos corpos dissidentes em suas experiências urbanas; seus relatos constituem uma narrativa fundamental para o entendimento dessa cidade outra, resultante de constantes processos de disputas, apropriações e alianças.

Considerações finais

Neste artigo, mobilizamos narrativas que expressam pontos de vista divergentes a fim de realçar a dimensão conflituosa constitutiva do processo de transformação do Centro Histórico de Salvador pela presença cotidiana de corpos dissidentes sexuais e de gênero em recorrentes conflitos com os interesses e as ações impetradas pelo Estado na região. Pela narrativa oficial do poder público, identificamos que o exercício da prostituição no centro de Salvador tem sido, desde as primeiras décadas do século XX, utilizado como justificativa para o controle, a normalização e/ou a expulsão de corpos dissidentes sexuais por meio de projetos de “melhoramento” e “recuperação” da área central, relacionados a investimentos para enobrecimento do

espaço, que implicam muitas vezes no reforço do apagamento e da precarização das presenças dissidentes na cidade.

Por outro lado, pela narrativa vivencial de Keila, o conflito entre as presenças dissidentes sexuais e de gênero e as políticas institucionais do Estado, desenvolvidas para a “recuperação” do Centro Histórico de Salvador, aparece pelos termos da resistência, já que a violência e a ilegibilidade às quais estão expostas se tornam base para a construção de um território comunitário fundamental para resistirem, inclusive, ao processo de gentrificação implantado na região em um tempo histórico que remonta às primeiras décadas do século XX. Fazer aparecer na história da cidade essas narrativas outras como produtoras do espaço traz subsídios para um entendimento mais complexo e humanitário dos processos de transformação de áreas urbanas.

Investido por ações que reformulam o espaço pelo modelo da valorização histórica de sua concretude física, com a delimitação e a legislação sobre o “patrimônio arquitetônico” como dispositivo de regulação urbana, os territórios sexuados presentes nesta concretude histórica do Pelourinho precisam constantemente atualizar lutas e modos de existir, fabulando táticas comunitárias de escape ao controle que fortalecem laços afetivos e de comunhão. A complexidade da produção do espaço revelada a partir do conflito de narrativas diversas, fazendo aparecer as experiências vivenciais do espaço, conecta corpo urbano ao corpo humano em uma simbiose produtiva constantemente significadora de espaços e de modos outros de existências.

Referências

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-74.

BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática; Salvador: FPACBa, 1982.

BIASI, Alessia de. *Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea*. Redobra, Salvador, n. 10, a. 3, p. 190-206, 2010.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas sobre uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DA RUA do Tijolo para as Laranjeiras: A nova localização do meretrício. *Jornal A Tarde*. Salvador, 27 jul. 1935, p. 12.
- ESPINHEIRA, Carlos Gey. *Comunidade do Maciel*. Salvador: Cingrafi, 1971.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - FPACBa. *Levantamento Sócio econômico do Pelourinho*. Salvador: FPACBA, 1969.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - FPACBa. *Plano geral de recuperação do Pelourinho: estudo para um plano de desenvolvimento da comunidade do Maciel*. Salvador: FPACBA, 1972.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - FPACBa. *10 anos de Fundação*. Salvador: FPACBA, 1979.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - FPACBa. *Censo do Maciel: 1983/1984*. Salvador: [s.n.], 1985.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. Bahia – Centro Histórico de Salvador, Programa de Recuperação. Salvador: Corrupio, 1995.
- MARIPOSAS esvoaçadas. *Jornal A Tarde*, Salvador, 23 jan. 1960, p. 16.
- MERETRÍCIO que escapa localização. *Jornal A Tarde*, Salvador, 23 abr. 1936, p. 2.
- PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre. *La prostitution à Paris au XIX siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PLANO prevê a fixação dos moradores do Maciel. *Jornal A Tarde*, Salvador, 10 ago. 1971, p. 3.
- ROCHA, Eduardo. *Cidades-Sensuais: práticas sexuais desviantes X renovação do espaço urbano*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.
- SANTANA, Nélia de. *A prostituição feminina em Salvador (1900-1940)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.
- SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- SANTOS, Milton. *O Centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2008.
- SIMPSON, Keila. *Entrevista [Out. 2019]*. Entrevistadores: Eduardo Rocha e Fayola Caucaia, Salvador, 2019.
- SOLLA, José M. Santos. Espacios Homosexuales. In: NOGUÉ, Joan. ROMERO, Joan. *Las Otras Geografías*. Valencia: Tirant Humanidades, 2012.